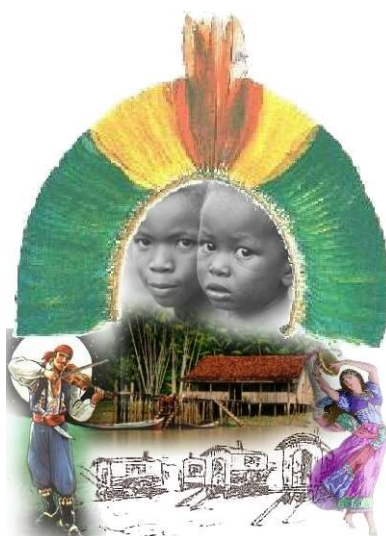


Ministério Público Federal
6ª Câmara de Coordenação e Revisão
Comunidades Indígenas e Minorias



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2003

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO
2	COMPOSIÇÃO DA CÂMARA
3	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA
3.1	COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
3.2	COORDENADORIA ANTROPOLÓGICA
3.3	COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
3.4	COORDENADORIA JURÍDICA
3.5	ESTAGIÁRIOS
4	ATIVIDADES DA CÂMARA
4.1	DISTRIBUIÇÃO
4.2	GRUPOS DE TRABALHO
4.3	REUNIÕES
4.4	OUTRAS REUNIÕES
4.5	ESTATÍSTICA DE PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS
4.6	PROCEDIMENTOS EM TRÂMITE
4.7	ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES
4.8	ESTATÍSTICA DE DIÁRIAS, PASSAGENS E PAGAMENTO DE TERCEIROS
5	ATUAÇÕES TÉCNICAS
6	PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES
6.1	QUESTÕES PRIORITÁRIAS
7	SÍTIO ELETRÔNICO
8	CONVÊNIOS
9	PARCERIAS E APOIOS
10	PENDÊNCIAS
11	CONCLUSÃO

1 INTRODUÇÃO

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal tem como função coordenar, integrar e revisar o exercício funcional na instituição relativo aos direitos e interesses dos povos indígenas e de outras minorias étnicas (art. 58 da LC n. 75/93 c/c a Resolução n. 20/96 do CSMP com redação alterada pela Resolução n. 40/98 do CSMP). Este relatório descreve os trabalhos da 6ª CCR no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2003, em atendimento ao disposto no art. 7º, III, da Resolução n.º 20, de 6.2.1996, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Este Relatório não abrange as atividades do ofício realizadas pelos Membros nas PRR's, PR's e PRM's.

2 COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

MEMBROS TITULARES

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO -

COORDENADORA

Subprocuradora-Geral da República

ARMANDA SOARES FIGUEIRÊDO

Subprocuradora-Geral da República

JOÃO PEDRO DE SABÓIA BANDEIRA DE MELLO FILHO

Procurador Regional da República

MEMBROS SUPLENTES

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

Subprocuradora-Geral da República*

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Procuradora Regional da República

SAMIR HADDAD***

Subprocurador-Geral da República

*Procuradora Regional da República promovida (Portaria PGR n. 757, publicada no D.O.U de 3.12.2003)

**Pediú dispensa dos encargos de Membro Suplente (Portaria PGR n. 433, publicada no D.O.U de 27.6.2003)

***Foi nomeado Membro Suplente (Portaria PGR n. 682, publicada no D.O.U de 24.10.2003)

3 ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA

3.1 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

TARCÍSIO AGOSTINHO BURIGO DA SILVA (COORDENADOR)

Antônio Vitalino Júnior

Aristóteles Rodrigues de Araújo

Neide Guimarães Furtado

Régina Alves de Oliveira

Roberto Bernier de Menezes Pacheco

3.2 COORDENADORIA DE ANTROPOLOGIA

ANGELA MARIA BAPTISTA (COORDENADORA)

Elaine de Amorim Carreira

Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva

Marco Paulo Fróes Schettino

Romana Coêlho de Araujo

3.3 COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

WILSON HIROHITO KAIPPER (Coordenador)

Ediléia de Almeida Pinto

Luciana Neves de Jesus

Valéria Dias de Lima

3.4 COORDENADORIA JURÍDICA

CARLA DANIELA LEITE NEGÓCIO (Coordenadora)

Antônio Carlos Dias Fernandes

Karina de Carvalho Falcão Freire

Rodrigo Carneiro do Nascimento

3.5 ESTAGIÁRIOS

Antropologia.....5

Biblioteconomia.....1

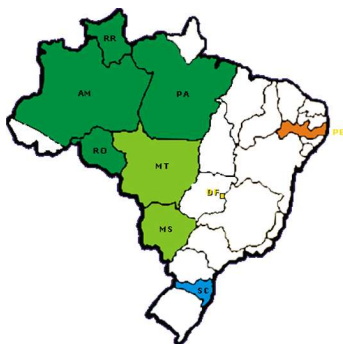
Letras.....1

Nível Médio.....2

4 ATIVIDADES DA CÂMARA

4.1 DISTRIBUIÇÃO

As questões submetidas à Câmara são encaminhadas aos Membros de conformidade com critério de distribuição, por Estados, acordado na Reunião n. 248, de 10.5.2002. A Coordenação de Antropologia segue o critério de distribuição por área temática. A distribuição por Estado é a seguinte:



Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho



Dra. Armanda Soares Figueirêdo



4.2 GRUPOS DE TRABALHO

No IV Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (2002) foi deliberada a instituição de Grupos de Trabalho com o intuito de descentralizar e desconcentrar a coordenação, bem como de integrar com mais eficiência as Procuradorias nos Estados e nos Municípios, às Procuradorias Regionais, e a Procuradoria Geral da República. Assim, os Grupos foram incentivados a debater e propor uma política de atuação institucional, bem como passaram a ser ouvidos previamente sobre os temas a eles afetos. Foram instalados 5 Grupos de Trabalho.

- GT sobre Educação Indígena

Instituído pela Portaria 6ª CCR N. 001, de 11 de novembro de 2002, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, de 18.11.2002, seção 1, p. 498. Participantes: Ana Lúcia Amaral – PRR 3ª Região, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – PRR 1ª Região, Ieda Hoppe Lamaison – PRR da 4ª Região, Paulo Roberto de Alencar Araripe Furtado – PRR 1ª Região, Peterson de Paula Pereira – PR/AM, Elaine Amorim Carreira – Analista Pericial em Antropologia da 6ª CCR, Camila Dutervil Moliterno Franco – Estagiária em Antropologia da 6ª CCR e Valéria Dias de Lima – Técnico Administrativo da 6ª CCR.

- GT sobre Saúde

Instituído pela Portaria 6ª CCR N.º 002, de 11 de novembro de 2002, publicada no Diário da Justiça

Eletrônico, de 18.11.2002, seção 1, p. 498.
Participantes: Águeda Aparecida Silva – PR/MT,
Delson Lyra da Fonseca – PR/AL, Francisco de Assis
Marinho – PR/RO, Ricardo Kling Donini – PR/AM,
Sergei Medeiros – PR/MA, Angela Maria Baptista –
Coordenadora de Antropologia da 6ª CCR, Romana
Coelho de Araujo – Técnico Administrativo da 6ª
CCR, Carla Daniela Leite

Negócio – Coordenadora Jurídica da 6ª CCR e Rodrigo Carneiro do Nascimento, Técnico Administrativo da 6ª CCR.

- GT sobre Quilombos

Instituído pela Portaria 6ª CCR N.º 003, de 11 de novembro de 2002, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, de 18.11.2002, seção 1, p. 498. Participantes: Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Coordenadora da 6ª CCR, Adailton Ramos do Nascimento – PR/MG, Carmem Elisa Hessel – PRM/Santa Maria/RS, Daniel Antônio de Moraes Sarmiento – PR/RJ, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – PRR 1ª Região, Marcelo Veiga Beckhausen – PR/RS, Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini – PRR 3ª Região/SP, Maria Luiza Grabner – PR/SP, Paulo Vasconcelos Jacobina – PR/SE, Rosângela Pofahl Batista – PR/GO, Walter Claudius Rothenburg – PR/SP e Angela Maria Baptista – Coordenadora de Antropologia da 6ª CCR.

- GT sobre Conhecimentos Tradicionais

Instituído pela Portaria 6ª CCR N.º 004, de 1º de abril de 2003, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, de 3.4.2003, seção 1, p. 396. Participantes Águeda Aparecida Silva – PR/MT, Aurélio Veiga Rios – PRR 1ª Região, Bartira de Araújo Góes – PR/AM, Eliana Peres Torelly de Carvalho – PRR 3ª Região, Maria Cristiana Simões Amorim – PR/SP, Maria Luiza Grabner – PR/SP, Ricardo Kling Donini - PR/AM, Rosane Cima

Campiotto – PR/SP, Marco Paulo Fróes Schettino –
Analista Pericial em Antropologia da 6ª CCR e
Romana Coêlho Araujo – Técnico Administrativo da
6ª CCR.

- GT sobre Sustentabilidade Socioeconômica

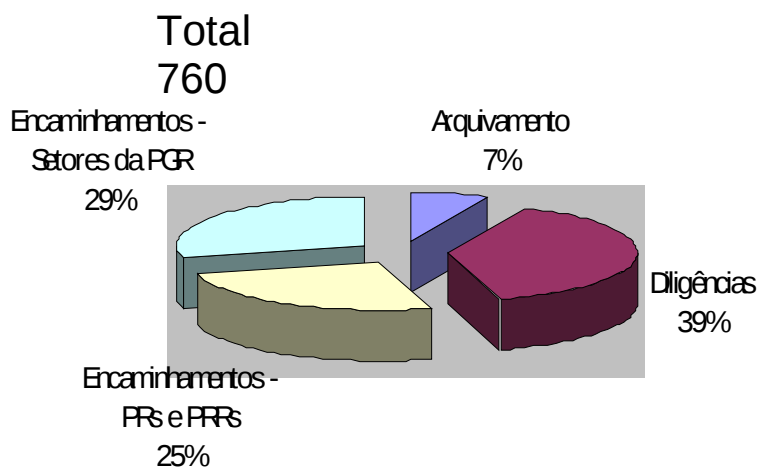
Instituído pela Portaria 6ª CCR N.º 005, de 2 de abril de 2003, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, de 18.11.2002, seção 1, p. 498. Participantes Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Coordenadora da 6ª CCR, Delson Lyra da Fonseca – PR/AL, Eduardo Barragan Serôa da Motta – PR/AM, João Akira Omoto – PRM/Londrina/PR, Marcelo Veiga Beckhausen – PR/RS, Márcio Andrade Torres – PR/CE, Ramiro Rockenbach da Silva – PRM/Dourados/MS, Ubiratan Cazetta – PR/PA, Elaine Amorim Carreira – Analista Pericial em Antropologia da 6ª CCR, Carla Daniela Leite Negócio – Coordenadora Jurídica da 6ª CCR, Romana Coêlho de Araujo – Técnico Administrativo da 6ª CCR e Camila Dutervil Moliterno Franco – Estagiária em Antropologia da 6ª CCR.

O funcionamento dos Grupos de Trabalho ficou seriamente comprometido com as restrições financeiras a partir do 2º semestre de 2003. Só não pararam completamente os GT's de Educação Indígena e dos Conhecimentos Tradicionais. É de consignar que no curto período de funcionamento revelaram-se de inegável eficácia para os fins propostos.

4.3 REUNIÕES

No ano de 2003 a 6ª Câmara realizou 16 reuniões constantes de ata com os seguintes resultados:

- Homologação de Arquivamento
50
- Baixa para Diligências
297
- Encaminhamentos para PRs e PRRs
192
- Encaminhamentos a setores da PGR
221



4.4 OUTRAS REUNIÕES

Data	Participantes	Assunto	Local
8/1	Dr. ^a Ela e representantes do CIMI		6ª Câmara
8/1	Dr. ^a Ela, Elaine e Fernanda		6ª Câmara
9/1	Dr. ^a Ela e Dr. João Akira (PRM/Londrina)	Avaliação de danos materiais e morais – Usina de Apucarantina Ata n. 271	6ª Câmara
10/1	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Maria Luíza Grabner e Dr. Delson Lyra	II Curso de Iniciação para Novos Procuradores da República	6ª Câmara
15/1	Dr. ^a Ela	Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kayapó, Xavante e Macuxi	Ministério da Justiça
16/1	Dr. ^a Ela e Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa	Ações judiciais	Advocacia Geral da União
17/1	Dr. ^a Ela		Ministério da Justiça
23/1	Dr. ^a Armanda e índio Pataxó		6ª Câmara
24/1	Dr. ^a Armanda e Cacique Natanael (Munduruku)		6ª Câmara
27/1	Dr. ^a Ela	Fórum Social Mundial – Seminário sobre Titulação de Remanescentes de Quilombos	Porto Alegre/RS
23 a 28/1	Dr. ^a Ela	Fórum Social Mundial	Porto Alegre/RS
4/2	Dr. João Pedro e Dr. ^a Deborah	Reunião ordinária Ata n. 273	6ª Câmara
5 e 6/2	Dr. ^a Deborah	Assembléia Geral dos Tuxauas	Boa Vista/RR
10/2	Dr. ^a Ela e Presidente da FUNAI		Funai
12/2	Dr. ^a Ela e Dr. ^a Maria Luiza Grabner	Consentimento prévio informado	6ª Câmara
12/2	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Armanda e Dr. ^a Deborah	II Curso Procuradores da República	PGR, Bl. B, 6º andar
13/2	Dr. João Akira, Romana, Conceição e Rogério (FUNAI)	GT Apucarantina	6ª Câmara

13/2	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Armanda e Dr. ^a Deborah	II Curso Procuradores da República	PGR, Bl. B, 6º andar
18/2	Dr. ^a Deborah e Dr. ^a Maria Luiza Grabner		Terra Indígena Yanomami
19/2	Dr. João Pedro de Sabóia, Cláudio Domingos Ivanovitch	Ciganos	6ª Câmara

Data	Participantes	Assunto	Local
20/2	Dr. ^a Deborah, Cacique Damião mais 5 lideranças Xavantes (Aldeia Água Branca/MT), Edson Beiriz (Funai/GO), Denivaldo Roberto da Rocha (Indigenista)	Terra Indígena Marãwatsede	Gab. Dr. ^a Deborah – PRR 1ª Região
22/2	Dr. ^a Deborah	Cinta Larga – Reunião do GT Interministerial	Ministério da Justiça
27/2	Dr. ^a Deborah, Maninha Xukuru		Gab. Dr. ^a Deborah
28/2	Dr. ^a Deborah, Presidente da Funai, Presidente do Ibama, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda (Diretor-Geral da PF)	Garimpo Yanomami	6ª Câmara
6/3	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Deborah e Dr. João Pedro	Reunião ordinária Ata n. 274	6ª Câmara
11/3	Dr. ^a Ela	Relatório parcial das atividades realizadas pela Comissão especial para acompanhar as investigações sobre a morte de indígenas em diversos Estados	Ministério da Justiça/ CDDPH
11/3	Dr. ^a Ela, Jô (CCPY), Des. Fed. Ezequiel (TRF 1), Davi Kopenawa e outros índios	Ajarani – Recurso judicial	6ª Câmara TRF 1ª Região
11/3	Membros titulares da 6ª CCR	Reunião ordinária Ata n. 275	6ª Câmara
12/3	Dr. ^a Ela, Deputado Eduardo Valverde/RO e União Nacional dos Garimpeiros	Audiência Pública sobre garimpo em RO	Espaço Cultural Zumbi dos Palmares (Câmara dos Deputados)
12/3	Membros da 6ªCCR e GT de Educação	Educação Indígena	Auditório do Conselho Nacional de Educação

13/3	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Deborah, Presidente da Funai, Eimar (Adm.Reg. Funai), Maurício Reis (Dir.CVRD), Dr. Ubiratan (PR/Pará), Dr. ^a Eloísa (PRM/Marabá)	Relacionamento da CVRD com os índios impactados pelo Projeto Carajás Ata n. 276	6ª Câmara
13/3	Marco Paulo, Sebastião Filho, índios Guarani-Kaiowá/MS	Terra Indígena Takuara	Câmara dos Deputados
18/3	Membros da 6ª Câmara	Seminário sobre Direitos Indígenas	Auditório da PGR
18/3	Romana	22ª Reunião da Câmara Técnica de Análise de Projeto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	CODEVASF

Data	Participantes	Assunto	Local
19/3	Dr. ^a Deborah, Dr. Sebastião (Ibama), Dr. Eduardo Almeida (Presidente. da Funai), Dr. Caetano (DPF), Gedimar Passos (Agente da PF que participou da retirada dos garimpeiros da TI Yanomami), Dr. ^a Graça, Jô Cardoso (CCPY)	Garimpo Yanomami	6ª Câmara
19/3	Dra. Deborah, Dr. Eduardo Almeida (Presidente da Funai), Wagner Tramm (DEPIMA/Funai), Dr.Marcelo Marquesini (Ibama), Coordenador Geral de Fiscalização	Pacaraima (Morro do Quiabo)	6ª Câmara
24/3	Fernanda Paranhos, Dr. ^a Sandra (ESMPU), Luís Roberto Cardoso (ABA)	Curso sobre introdução à Antropologia	6ª Câmara
28/3	Dr. ^a Armanda, Dr. ^a Deborah Duprat, Dr. ^a Iêda Hoppe Lamaison, Dr. ^a Ana Lúcia Amaral, Suzana Grillo e Kleber Matos (Coord. Geral de apoio à Escola indígena – MEC)	Educação Indígena	6ª Câmara
29/3	Dr. ^a Deborah Duprat, Dr. Francisco Marinho/RO, Dr. Sérgio Sérvulo – MJ, representantes do MEC, MS e Comando do Exército	Terra Indígena Roosevelt/RO	Ministério da Justiça
1/4	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Sandra e representante da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)	Curso sobre introdução à Antropologia	6ª Câmara

2/4	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Armanda, Ângela, Dr. Nilmário Miranda (MJ), Dr. Luíz Roberto Barroso (Procurador), Dr. Eduardo Almeida (Presidente da FUNAI), Dr. Cláudio Beirão (MJ), Dr. ^a Raquel Dodge (Procuradora), Pedro, Perli (CDPPH-MJ), Tuxás/CHESF		6ª Câmara
3/4	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dr. João Pedro e Dra. Deborah	Reunião ordinária Ata n. 277	6ª Câmara

Data	Participantes	Assunto	Local
3/4	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dr. Francisco Marinho (PR/RO), Dr. Francisco Bastos (PR/DF), Dra. Raquel Dodge (PRR/DF)	Força Tarefa TI Roosevelt	6ª Câmara
4/4	Dra. Ela	Encontro dos Coordenadores Regionais da Funasa – Saúde Indígena	Hotel San Marco
9/4	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dr. Sérgio Sérvulo (MJ), Dr. Cláudio Beirão (MJ), Dalmo Dallari, Wagner Tramm (Funai), Marcelo Marquesini (Ibama)	Exploração mineral em terras indígenas	6ª Câmara
11/4	Dra. Armanda, Dra. Deborah, Dra. Ana Lúcia Amaral/SP, Dra. Iêda Hoppe Lamaison/RS, Dr. Márcio Andrade Torres/CE, Dr. Peterson de Paula Pereira/AM, Dr. Alexandre Meireles Marques/CE	GT de Educação Indígena – Planejamento de audiências públicas	6ª Câmara
14/4	Membros do GT Educação, Secretaria da Educação e Cultura/TO, Secretaria de Educação Média e Tecnológica (MEC) e Cimi	Audiência Pública: “A problemática vivenciada pelas etnias indígenas do Estado do Tocantins”	PR/TO
22/4	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dr. João Pedro, Dra. Deborah	Reunião ordinária Ata n. 278	6ª Câmara
23/4		Instalação do GT Conhecimento Tradicional	6ª Câmara
22/4 e 23/4	Dra. Iêda Hoppe Lamaison (PRR da 4ª Região) – GT Educação	III Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena	Pesqueira/PE
24/4	Dra. Armanda, representante da COELBA e da FUNASA	Fornecimento de energia elétrica para a Aldeia Velha/BA	Gab. Dra. Armanda

24/4	Dra. Deborah, Dra. Iêda Hoppe Lamaison, Marta Azevedo (Antropóloga-ISA), Kleber Gesteira Matos (Coord. Geral-MEC), Maria Jussara, Dra. Suzana	GT de Educação Indígena (Preparatória das Audiências Públicas de Manaus e Belém)	6ª Câmara
24/4	Dra. Ela	Sessão solene em homenagem especial ao Cacique deputado Mário Juruna, falecido em 2002	Plenário Ulisses Guimarães – Câmara dos Deputados
24/4	Dra. Maria Luiza Grabner	GT de Conhecimentos Tradicionais	Ibama
24/4	Marco Paulo	Conhecimento Tradicional	CGEN

Data	Participantes	Assunto	Local
25/4	Dra. Ela	Abertura do Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil	Auditório Nereu Ramos (Câmara dos Deputados)
25/4	Dra. Ela e Dra. Deborah	Política Indigenista	Casa Civil
29/4	Dra. Ela e Porfírio Carvalho	Waimiri-atroari	6ª Câmara
30/4	Dr. João Pedro	Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil	UnB/CTE e Auditório Petrônio Portela – Senado
30/4	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dr. Francisco Bastos (PR/DF), Dra. Ana Salete (Procuradora do DNPM)	Diamantes apreendidos na Terra Indígena Roosevelt	6ª Câmara
2/5	Dr. Paulo Jacobina (PR/SE) – representando a 6ª CCR	III Encontro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco	Hotel Meu Talismã – Salgueiro/PE
2/5	Dra. Armanda, Dra. Ela, Dr. Paulo (Delegado da PF) e representante do CIMI	Pataxó da TI Caramuru-Paraguaçu (liminares)	Departamento de Polícia Federal
6/5	Dr. Felício Pontes (PR/PA), Dra. Iêda Hoppe Lamaison (PRR da 4ª Região) e Dra. Ana Lúcia Amaral (GT de Educação)	Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena	Belém/PA
6/5	Dra. Ela e Marco Paulo	Política Indígenista	Casa Civil – Subsecretaria de Ação Governamental
6/5	Dra. Ela, Dr. João Akira, Hélcio (CGPIMA - Funai) e Presidente da Funai	BR 101/Gasoduto Brasil-Bolívia, UHE Cana Brava	6ª Câmara
6/5	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dr. João Pedro e Dra. Deborah	Reunião ordinária Ata n. 279	6ª Câmara
7/5	Dra. Deborah, Dra. Armanda, indígenas pataxós, Procuradoria da Funai, representante do MJ e Paulo (Advogado do CIMI)		6ª Câmara

7/5	Dra. Deborah, Dra. Nara (PRM/Petrolina), Dra. Armanda, Dr. João Pedro e Delegado da PF	Índios Truká	6ª Câmara
7/5	Dra. Ela e comitiva do Presidente da Funai (Eduardo Almeida)	Enterro do Cacique Orides Belino	Chapecó e Ipumirim/SC
8/5	Dr. Peterson (PR/AM), Dra. Iêda Hoppe Lamaison e Dra. Ana Lúcia Amaral (GT de Educação)	Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena	Manaus/AM

Data	Participantes	Assunto	Local
9/5	Dra. Ela, Dr. João Pedro, Dra. Deborah, Dr. Cláudio Beirão(MJ), Dr. Sebastião (Ibama), Flávio Montiel (Ibama), Dra. Célia Elizabeth (Incra), Wagner Tramm (Funai) e representante da AER/Porto Velho	Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (invasão)	6ª Câmara
12/5	Dra. Ela e Dra. Deborah	Remanescentes de Quilombos	Ministério do Desenvolvimento Agrário
12/5	Dra. Ela e Kayapó	Terra Indígena Baú	6ª Câmara
13/5	Membros da 6ª CCR	Reunião ordinária Ata n. 280	6ª Câmara
14/5	Dra. Ela	Seminário de Direito Ambiental – Conhecimento Tradicionais – ESMPU	Belém/PA
15/5	Dra. Ela e representantes da ABA	Convênio MPF/ABA	6ª Câmara
15/5	Dra. Ela, Wagner Tranm, Blos e Rômulo	Cinta Larga	6ª Câmara
16/5	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dra. Deborah e antropólogos	Awá-Guajá	6ª Câmara
23/5	Dra. Ela	Kaiowá	
26/5	6ª Câmara, 4ª Câmara, Funai e Ibama	Licenciamento Ambiental em terras indígenas	6ª Câmara
26/5	Dra. Ela	Abertura – Curso de Antropologia e Direitos Humanos	Escola Superior do Ministério Público da União
27/5	Membros 6ª Câmara	Reunião ordinária Ata n. 281	6ª Câmara
29/5	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dra. Nara Dantas, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Cimi e índios Truká	Narcotráfico e violência na Ilha de Assunção Ata n. 282	6ª Câmara
2/6	Dra. Ela e Dra. Deborah	Quilombos	Fundação Cultural Palmares
4/6	Dra. Ela	Terra Indígena Roosevelt	4ª Câmara
4/6	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dra. Nara Dantas, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Cimi e índios Truká	Narcotráfico e violência na Ilha de Assunção	6ª Câmara
4/6	Membros 6ª Câmara	Reunião ordinária Ata n. 283	6ª Câmara

10/6	Dra. Ela	Funasa	6ª Câmara
10 a 13/6	Dra. Ela	Comitiva do Ministro da Justiça	Roraima
16/6	Membros do GT Educação Indígenas, MEC, Secretaria Estadual de Educação Básica/CE	Audiência Pública: "Execução das atividades de Educação Escolar Indígena"	PR/CE

Data	Participantes	Assunto	Local
16/6	Membros do GT Saúde, Ângela, Romana e Paulo Patrocínio	Reunião do GT Saúde para discutir as possibilidades de atuação do GT, metas e prioridades, metodologia de trabalho e agenda de trabalho	6ª Câmara
17/6	Dra. Ela, Dra. Deborah, Joênia, Sueli Belatto e Pe. Jorge	Terra Indígena Raposa Serra do Sol	6ª Câmara
17/6	Dr. Ricardo Kling, Francisco de Assis Marinho e João Pedro	2ª Reunião do GT Saúde	6ª Câmara
18/6	Dra Ela, Dra. Deborah, Pedro Montenegro (SEDH), Sebastião e Cláudio Beirão (Cimi),	A violência que atinge os Truká, no Município de Cabrobró/PE	6ª Câmara
18/6	Dra. Ela, Dr. Márcio, Dr. Marcelo, Dr. Ramiro e Dr Akira	GT Sustentabilidade Socioeconômica	6ª Câmara
18/6	Membros da 6ª Câmara	Reunião ordinária Ata n. 284	6ª Câmara
24/6	Dra. Ela, Dra. Samantha, Funai e Conselho Estadual Indígena	Diversos	PR/SC
25/6	Dra. Ela	144ª Reunião – Xucuru e Truká	CDDPH
27/6	Dra. Ela, Dra. Deborah e Elizabeth Rocha	Quilombos	6ª Câmara
27/6	Dra. Ela, Dra. Deborah, Senadora Marina e Sebastião Azevedo		Ministério do Meio Ambiente
1/7	Dra. Ela	Xokleng, Guarani, Kaingang e Jeripankó	Ministério da Justiça
1/7	Dra. Ela e Ministro José Viegas	Terra Indígena Kayabi	Ministério da Defesa
1/7	Dra. Ela, Dra. Deborah, Daniel e Walter Rotenburg	Quilombos	Advocacia-Geral da União e Ministério da Justiça

9/7	Dra. Ela, Dra. Deborah, Maria Elizabeth Guimarães Rocha (Casa Civil), Jacira Franca, Cláudio Rodrigues Braga (Incra), Leslei Magalhães(AGU), Vânia Lúcia de Alcântara (MDA), Sérgio Cysne Vieira (MD), Marco Paulo e Paula Balduino	GT Quilombos – Elaboração de Decreto para regulamentar o procedimento de regularização fundiária das comunidades quilombolas.	6ª Câmara
14/7	Dra. Ela e Dra. Deborah	Quilombos	6ª Câmara
19/7	Dra. Ela	Quarup	Parque Nacional do Xingu
23/7	Dra. Ela	Truká – Comitiva do SEDH	Cabrobó/PE
4/8	Dra. Ela	Truká	Ministério da Justiça
4/8	Dra. Ela	Toldo Imbu	Ministério da Justiça
5/8	Dra. Ela	Seminário Cimi	Brasília/DF
6/8	Dra. Ela e Sergio Sérvulo	Exploração mineral em terras indígenas	Ministério da Justiça

Data	Participantes	Assunto	Local
6/8	Dra. Ela, Angela, Rosangela, Dr. Pedro Cordeiro e Bernadeth (FCP)	Quilombo dos Amaros	6ª Câmara
6/8	Dra. Ela, Elaine e Funai	Avá-Canoeiro	6ª Câmara
7/8	Dra. Ela	Xokleng e Kaingang	6ª Câmara
7/8	Dra. Ela Dra, Deborah, Dra. Armanda e Dr. João Pedro	Reunião ordinária Ata n. 285	6ª Câmara
7/8	Dra. Ela, 4 integrantes da comunidade e o Consultor George Thomas Pacheco.	Associação Indígena Gavião Kyikatêjê Amtate	6ª Câmara
8/8	Dr.ªEla, Cláudio Scliar e Sérgio Sérvulo	Exploração mineral em terras indígenas	Ministério da Justiça
11/8	Dra. Ela	Índios Truká	Ministério da Justiça – CDDPH
12/8	Dra. Ela e Liderança Fulni-ô	Fulni-ô	6ª Câmara
13/8	Dra. Ela	Xokleng	Ministério da Justiça
13/8	Dra. Ela	Funasa	6ª Câmara
13/8	Dra. Ela e Dr. Ricardo – Funasa	Saúde	6ª Câmara
13/8	Dra. Ela, Angela e Dr. Pedro Cordeiro	Quilombo dos Amaros	6ª Câmara
14/8	Membros da 6ª CCR, Carla, Representantes do IBAMA, MMA e Funai.	Doação de Mogno apreendido pelo IBAMA aos Kayapó	6ª Câmara
18/8	Membros da 6ª CCR, Funai e Professora Nogueira	Entrega do relatório final de valoração econômica dos danos à Terra Indígena Apucaraniha/PR	6ª Câmara
19/8	Reunião com o Procurador Geral, Membros da 6ª CCR e Procuradores/PE	CONDISI - Sul	6ª Câmara
20/8	Dra. Ela, Dra. Deborah e Dr. João Pedro	Reunião ordinária Ata n. 286	6ª Câmara
21/8	Dra. Ela, Carla Daniela, Ivair e Dr. Cláudio Beirão	Tuxá – CHESF	Ministério da Justiça – CDDPH
25/8	Dra. Deborha, Professora Mª de Carmem Castaldo, Luís Carlos de Lima, Cacique Bruno Xavante e Joênia	Cooperativa dos Povos Indígenas	6ª Câmara

25/8	Dra. Ela, Dr. Charles (PRM/Dourados), Dr. Ramiro Rockenbach (PRM/Dourados), antropólogos Fábio Mura e Rubem Almeida.	Reserva de Dourados	PRM/Dourados
25 e 26/8	Dra. Ela, Dr. Ramiro Rockenbach, Dr. Charles , Fábio Mura e Rubem Thomas de Almeida	Reserva Indígena de Dourados	Dourados/MS

Data	Participantes	Assunto	Local
28/8	Membros do GT Educação Indígena, MEC, Governo do Amazonas, Secretaria Estadual de Educação/AM e Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira	Audiência Pública: "Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas"	São Gabriel da Cachoeira/AM
28 e 29/8	Dra. Ela, Dr. Aurélio, Dra. Eliana Torelly, Marco Paulo, Romana e Fábio	Recursos Genéticos	6ª Câmara
1º e 2/9	Dra. Aurélio	Recursos Genéticos – 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Gestão do Meio Ambiente - Ministério do Meio Ambiente - IBAMA	Ibama
9/9	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dr. Márcio Torres e Fernanda	Pataxó, Tumbalalá, Guajajara, Coroa Vermelha, Tuxá de Ibotirama, Pitaguary	6ª Câmara
9/9	Dra. Ela, Presidente da Funai, Marco Paulo e lideranças	Toldo Imbu	Ministério da Justiça
10/9	Dra. Ela	Mogno	6ª Câmara

10/9	Dra. Ela, Dr. Eduardo, Dr. Marcelo Veiga, Dr. Márcio Torres, Dra. Déborah, Dr. Clayton Capanhola - Presidente da EMBRAPA, Mônica – Min. Ext. Segurança Alimentar, Elaine – Antropóloga da 6ª CCR, Raimundo C. Noronha – MDA (Encarregado do Programa de Atividades Produtivas Agrícolas em TI. Indígenas), Andréa Butto – MDA, Juliana Amorim (Técnica do PPACI) – Ministério da Saúde, Antônio Ferreira e o Coordenador Bernardo – FUNAI, Presidente da FUNAI, Terezinha - EMBRAPA (do programa Krahó), Ricardo Luiz Chagas – Saúde indígena – FUNASA, Dr. Paulo Choji Kitamura – Chefe Geral da EMBRAPA, Dr. Marco Antônio da Rocha – Fundação Fulbright, Margarida Matos Vieira – CAPES	Apresentação do Programa do Governo – GT de Sustentabilidade	6ª Câmara
------	--	---	-----------

Data	Participantes	Assunto	Local
11/9	Dr. ^a Ela, Clóvis - Cimi e Comissão dos Guarani	BR 101 / Palhoça	6ª Câmara
11/9	Dra. Deborah, Sr. Antenor - FUNAI, Hécio - FUNAI, Representantes do IBAMA, Representantes do MMA e Representante dos índios	Doação de Mogno	6ª Câmara
12/9	Dra. Ela	Reunião com antropólogos	6ª Câmara
16/9	Dr. ^a Ela, Dr. Sebastião Azevedo - Procurador do IBAMA, Dr. Mércio - Pres. da FUNAI e Saulo – Cimi	Parque Nacional do Descobrimento	6ª Câmara
16/9	Dra. Ela	Painel – Legislação antidiscriminatória – Os PI em tramitação	Câmara dos Deputados
17/9	Dr. ^a Ela, Dr. ^a Armanda e Dr. João Pedro	Reunião ordinária Ata n. 287	6ª Câmara
17/9	Dra. Armanda	Lideranças Potiguar/PB	Gab. Dra. Armanda
18/9	Dr. ^a Ela, Dr. João Akira e Pres. da FUNAI	Comunidade Indígena Barão de Antonina e Apucarantina	6ª Câmara
18/9	Dra. Ana Lúcia	Audiência Pública – GT Educação	Campo Grande/MS
18/9	Dra. Armanda, Andréia – Funai e Marco Paulo	Ocupação de área do Carrefour Norte (Brasília) por uma família indígena	Gab. Dra. Armanda
18/9	Dra. Ela e Dra. Deborah	Quilombos	Casa Civil
18/9	Membros da 6ª CCR	Seminário: "Ações Governamentais para os povos Indígenas na Amazônia"	Câmara dos Deputados
22/9	Dra. Armanda e 4 Lideranças Pataxó de Coroa Vermelha/BA		Gab. Dra. Armanda
23/9	Dra. Deborah, Dr. Franklin - Procurador Regional, Evair (Comunidade dos Direitos Humanos) e lideranças Kaingang	Kaingang	Gab. Dra. Deborah
24 e 25/9	Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios	Recursos Genéticos	Conselho de Gestão do Meio Ambiente

26/9	Dra. Iêda Hoppe Lamaison Dra. Ana Lúcia	Audiência Pública – A Implementação e Fiscalização da Legislação Escolar Indígena	Campo Grande/MS
29/9	Dra. Maria Luiza, Dra. Aurélio e Marco Paulo	Krahô	

Data	Participantes	Assunto	Local
30/9	Dra. Ela, Dra. Maria Luiza, Dr. Adriam Pereira,, Marco Paulo, Romana, lideranças e pajés Krahô e representantes da UNIFESP.	Acesso ao conhecimento tradicional	FUNAI
1/10	Dra. Armanda, CIMI, Funai, AGU e Ministério da Justiça	ACO n.º 312 - Pataxó	6ª Câmara
6/10	Dra. Armanda, Carla e outros.	ACO n.º 312	Advocacia Geral da União
7/10	Dra. Déborah e CIMI		6ª Câmara
7/10	Dra. Ela, Dra. Deborah e Angela	Quilombo	Ministério do Desenvolvimento Agrário
7/10	Dra. Ela, Dra. Deborah e Deputado Greenhalgh	Alcântara	Câmara dos Deputados
8/10	Dra. Ela, Cacique Megaron e Antenor – Funai	Kayapó	6ª Câmara
10/10	Carla	Audiência Pública: “Questões relacionadas aos índios no Distrito Federal”	Câmara Legislativa
14/10	Dra. Ela, Dra. Armanda e Dr. João Pedro de Sabóia	Instalação da Comissão de Assuntos Indígenas	Sala de reuniões do Conselho – AGU
14/10	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dra. Deborah e Dr. João Pedro e Procurador-Geral da República	Reunião com o PGR	
14/10	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dra. Deborah e Dr. João Pedro	Reunião ordinária Ata n. 288	6ª Câmara
15/10	Dra. Ela	Conselho Institucional	CSMPF
15/10	Dra. Ela e Dra. Bernadete	Quilombo dos Amaros	6ª Câmara
15/10	Dra. Ela e Suzana Xokleng	Conselho Nacional das Mulheres Indígenas	6ª Câmara
15/10	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dra. Deborah, Dr. Nilo Camargo e Procurador-Geral da República	Termo de ajustamento de conduta sobre a Terra Indígena Baú	Gab. do PGR

15/10	Dra. Ela, Jorge e Elias	Reserva Pinbodoquena - Povo Kadiweu	6ª Câmara
16/10	Dra. Ela, Angela e Rosane Kaingang	Munduruku	6ª Câmara
16/10	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dra. Armanda, Dr. Nilo Camargo, Dr. Francisco Bastos e Dr. Mário Lúcio	Terra Indígena Baú Ata n. 289	6ª Câmara
17/10	Carla Daniela	Adoção de Cotas na Universidade	Câmara Legislativa
17/10	Dra. Ela e Dra. Sandra Moreira	Realização de seminário	Gab. Dra. Ela
21/10	Dra. Ela, Cimi e Lideranças do Sul	Regularização fundiária	6ª Câmara e Ministério da Justiça
21/10	Dra. Ela, grupo Terena e Guarani	Proibição do plantio de soja com agrotóxicos em Dourados	Auditório da Juscelino Kubitschek – PGR

Data	Participantes	Assunto	Local
23/10	Dra. Ela	Conselho Institucional	Auditório da Juscelino Kubitschek – PGR
23/10	Dra. Ela	Palestra: Latifúndio e Pobreza	Auditório da Juscelino Kubitschek – PGR
23/10	Dra. Ela e Min. Ellen e lideranças indígenas	Kadiwéu	Supremo Tribunal Federal
23/10	Dra. Ela, Marcos – Funai/PPTAL e indígenas da região/Santarém	Violação de direitos	6ª Câmara
23/10	Dra. Ela, Min. Peluso e lideranças indígenas	Kadiwéu	Supremo Tribunal Federal
24/10	Dra. Iêda Hoppe	Audiência Pública: “O atual quadro da Educação Escolar Indígena”	São Paulo
4/11	Tarcísio, Karina, Advogada Maria José do Amaral mais quatro indígenas Xucuru	Caso Xucuru – Recife/PE- Agressões sofridas pelo índio Ademir Parnaíba e familiares	6ª Câmara
5/11	Dra. Armanda e indígenas da etnia Guarani-Mbyá/RS	Portaria da Terra Indígena Cantagalo	Gab.Dra. Armanda
5/11	Dra. Deborah e Cacique Francisco	Atikum/PE	Gab. Dra. Deborah
8/11	Dra. Deborah	Palestra: “O Direito dos Povos Indígenas e a Política Indigenista no Brasil”.	Belo Horizonte
10/11	Dra. Ela, Dr. Sérgio Sérvulo	Cinta Larga	Ministério da Justiça
12/11	Dra. Armanda, Dr. João Pedro e Dra. Deborah	Reunião ordinária Ata n. 290	6ª Câmara
12/11	Dra. Ela	Abertura do Seminário sobre Ações afirmativas nas Políticas Públicas no Brasil	Faculdade de Direito da UNB
16 e 17/11	Dra. Ela	Visita à Terra Indígena Roosevelt/RO (Organizada por DHESC Brasil – Jean Pierre Leroy)	Cacoal e Espigão do Oeste/RO
19/11	Dra. Ela	Seminário Nacional Atividades Produtivas e Segurança Alimentar	Sobradinho
20 e 21/11	Elaine	Seminário Nacional Atividades Produtivas e Segurança Alimentar	Hotel St. Peter, Brasília

24/11	Dra. Ela, Dr. Cláudio Sclia e Elaine	Fórum de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável – Cinta Larga	Sobradinho/DF
24/11	Dra. Ela, Dra. Deborah, Marco Paulo, Sueli Bellato, Senador Sibá, Artur (Funai)	Raposa Serra do Sol	6ª Câmara
25/11	6ª Câmara de Coordenação e Revisão	Lançamento do Livro: “Reconhecimento étnico em exame: Dois estudos sobre os Kaxixós”	Auditório da PGR

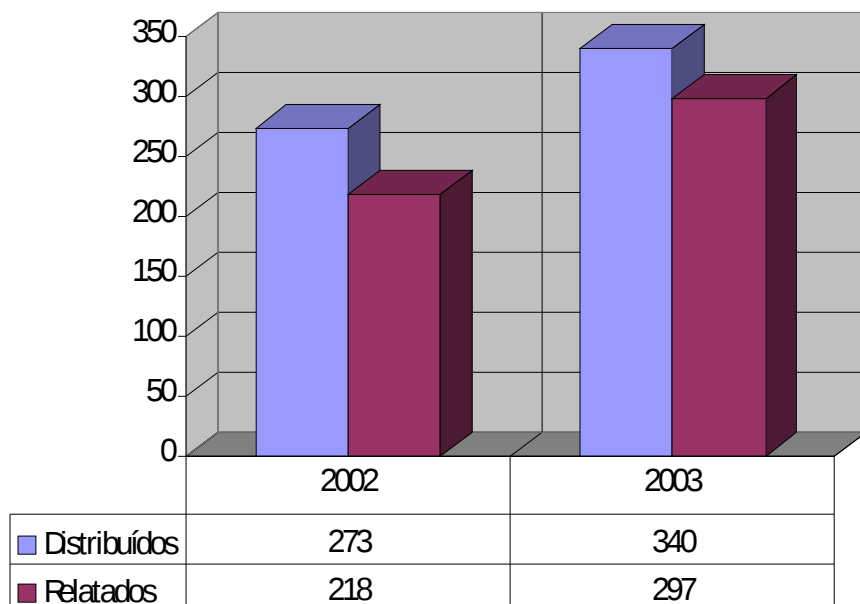
Data	Participantes	Assunto	Local
25/11	Dra. Ela	Lançamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena – PNAE-I	Anexo do Palácio do Planalto
24 e 25/11	Dra. Ela e Elaine	Fórum: Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável	RM Hotel Fazenda – Núcleo Rural Sobradinho I – DF440 – Fazenda Rafaela
25/11	Dra. Ela, Dra. Armanda, Dra. Deborah, Ângela e Carla Negócio	Seminário sobre Questões Indígenas	Centro de Estudos Vítor Nunes Leal (AGU)
26/11	Dra. Armanda, Dra. Sandra Cureau, M ^a Fernanda Paranhos, Analistas da 4 ^a ccr, Sr. Victor Frank mais 1 engenheiro (Consórcio CESTE)	Reunião 4 e 6 ^a CCR: Projeto Rio Tocantins – Consórcio CESTE (PA nº 4339/2003-81)	6 ^a Câmara
27/11	Dra. Ela e 11 lideranças Xokleng Romana	Demissão de Brasília Pripá	6 ^a Câmara
27/11	Romana	Audiência Pública: Comissão de Agricultura e Política Rural – Propostas de Política Nacional de Segurança Alimentar	Câmara dos Deputados
28/11	Dra. Deborah, Dra. Armanda, Ângela, Deputado Domingos Dutra/MA e Quilombolas	Alcântara	6 ^a Câmara AGU
28/11	Dra. Ela, Dra. Deborah e representantes indígenas	Violência contra os Tukano	6 ^a Câmara
01/12	Dra. Ela, Dra. Deborah, Dr. Oswaldo - PR/MT, Tião (Cimi) e 40 Xavante	Terra Indígena Marawatsede	6 ^a Câmara
2/12	Dra. Ela	Terra Indígena Panambizinho	Ministério da Justiça
2/12	Dra. Ela, Desembargador Sebastião Fagundes de Deus, índios Xavante e Dr. Oswaldo Soweik	Xavante	Tribunal Regional Federal
8/12	Marco Paulo	Xucuru	Ouvidoria Agrária
9/12	Dra. Ela e Sandro Lobo	Xucuru	6 ^a Câmara
9/12	Dra. Ela, Cimi e índios do MT		6 ^a Câmara
10/12	Membros da 6 ^a Câmara	Reunião ordinária Ata n. 291	6 ^a Câmara

11/12	Dra. Ela, representando o Procurador Geral da República		Auditório do anexo do Palácio do Planalto
11/12	Dra. Ela, Romero, Estevão e Nivaldo	Terra Indígena Marawatsede	6ª Câmara
12/12	Dra. Ela	Encontro Nacional de Questões Agrárias e Indígenas	Auditório da Assembléia Legislativa – Campo Grande/MS
15/12	Dra. Ela	Caxixó e Krenak	6ª Câmara
15/12	Dra. Ela e Ministro do Desenvolvimento Agrário		Ministério do Desenvolvimento Agrário

4.5 ESTATÍSTICA DE PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS

Foram distribuídos 340 novos procedimentos (autuação na 6ª CCR ou remessa à Câmara) e relatados 297 em reuniões do Colegiado.

MEMBROS	DISTRIBUÍDOS	PEDIDO DE VISTA	RELATADOS
Dra. Ela Wiecko	147	–	138
Dra. Armanda Figueirêdo	58	–	47
Dr. João Pedro	112	–	84
Dra. Deborah Duprat	23	–	28
Dra. Luiza Cristina	0	–	0
Dr. Samir Haddad	0	–	0
Totais 2003	340	–	297



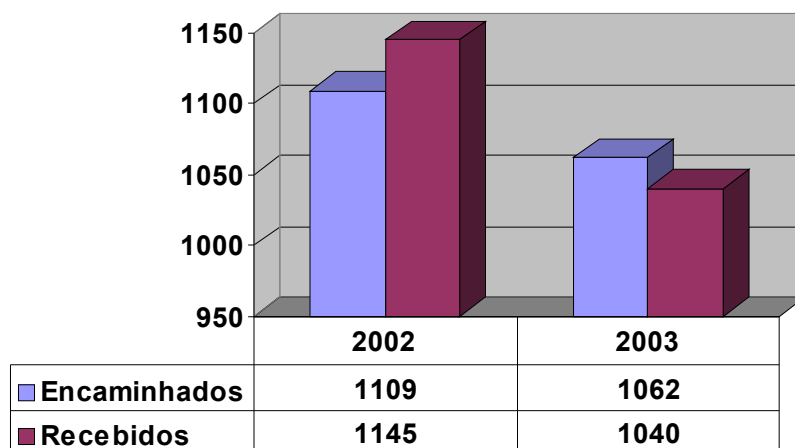
4.6 PROCEDIMENTOS EM TRÂMITE

Em 2003 foram movimentados na 6ª Câmara 1062 procedimentos (incluídas as reincidências).

Para melhor compreensão desses números e a sua evolução nos últimos dois anos, apresentamos os seguintes quadros e gráfico:

Mo vim ent açã o 200 2	Procedime ntos	JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOTA L
	Encaminha dos	33	76	109	140	108	123	69	143	109	52	102	45	1109
	Recebidos	9	41	100	167	164	141	60	169	105	44	103	42	1145

Mo vim ent açã o 200 3	Procedime ntos	JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOTA L
	Encaminha dos	61	97	64	80	75	69	57	143	118	142	114	42	1062
	Recebidos	64	74	65	91	106	71	18	145	115	129	111	51	1040



4.7 ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES

Correspondências Recebidas:

▪ Ofícios	141	
▪ Ofícios-Circular	0	
▪ Memorandos	43	
▪ Fax		59

Total: 243

Correspondências Expedidas:

▪ Ofícios	744	
▪ Ofícios-Circular	6	
▪ Memorandos	235	
▪ Fax		138

Total: 1.123

Documentos técnicos emitidos:

- Notas Técnicas e Informações

Total: 310

4.8 ESTATÍSTICA DE DIÁRIAS, PASSAGENS E PAGAMENTO DE TERCEIROS

6ª Câmara, Estados e Municípios

▪ Membros	139	
▪ Analistas Periciais e técnicos		35
▪ Colaboradores eventuais		16

Total: 174

5 ATUAÇÕES TÉCNICAS

DEMONSTRATIVO – TABELA E GRÁFICO

2003		JA N	FE V	MA R	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOTA L
	Ciganos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Conhecime ntos tradicionais	0	1	1	0	1	1	0	2	0	3	1	1	11
	Educação indígena	0	0	1	1	0	1	1	0	1	2	1	1	9
	Terras indígenas	0	12	5	3	7	5	6	7	11	19	4	4	83
	Populações ribeirinhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Quilombos	0	0	0	2	0	2	3	3	4	2	2	1	19
	Saúde indígena	0	0	1	2	7	2	2	7	2	3	3	3	32
	Sustentabili dade socioeconô	0	2	1	3	4	5	5	5	4	1	3	1	34

2003

Sustentabilidade socioeconômica 18%
 Ciganos 0%
 Conhecimentos tradicionais 6%
 Educação indígena 5%
 Terras indígenas 44%
 Populações ribeirinhas 0%
 Quilombos 10%
 Saúde indígena 17%

mica

6 PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES

A questão indígena detém peculiaridades, contendo especificidades pelas quais cabe à 6ª CCR, como órgão especializado, zelar. {...} a) o simples ingresso na Terra Indígena com finalidade de praticar atividades de caça já configura crime, a merecer apuração por meio de inquérito; b) não considerou presente o princípio da insignificância; c) quanto à prova de materialidade, só há possibilidade de haver decisão após aprofundadas as investigações, por meio das diligências já requeridas pelo MM. Juiz Federal. Deve-se levar em consideração, ainda, que o barco apreendido pelos índios ainda está disponível para exame, que deve ser realizado. Considerando, portanto, prematuro o arquivamento do feito, a Câmara não o homologa, devendo os autos ser encaminhados ao Procurador-Geral da República, para que seja designado outro Procurador da República para investigar o caso (Ata n.º 290, Inquérito Policial nº 204/2002-SR/DPF/AC);

No tocante ao conflito de atribuições entre os membros do MPF, não é a Câmara competente para apreciá-lo. Deve o procedimento, portanto, ser arquivado (Ata n.º 290, Procedimento Administrativo nº 1.00.000.002408/2002-31);

Examinados os documentos e ouvido o Procurador, a Câmara, no exercício de seu poder revisional, declarou nulo o termo de ajustamento de conduta, por entender que este não possui objeto lícito, pelas seguintes razões: a) as terras indígenas estão sob o domínio da União e são, conforme o texto constitucional, inalienáveis e indisponíveis. Por

serem bem de uso especial, seria necessário que fossem desafetadas, o que, com relação às terras indígenas, só seria possível pelo reconhecimento, através de estudo apto a demonstrar a ausência de ocupação tradicional na área, o que não ocorreu. Ademais, a proprietária do bem, a União Federal, não está regularmente representada no ato. Aos índios, apesar de deterem o

usufruto exclusivo dessas terras, não é permitido aliená-las. Qualquer transação relativa a elas não produz efeitos jurídicos; b) o processo de reconhecimento das terras indígenas é meramente declaratório de um direito originário, pré-existente ao Estado brasileiro, ou seja, apenas reconhece a área habitada pelos índios em caráter permanente, a utilizada para as atividades suas produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Todas as consequências jurídicas – constituição de domínio em favor da União, usufruto exclusivo dos índios e nulidade de todos os atos incidentes sobre a gleba – decorrem tão-somente dessa ocupação tradicional. A definição dos limites da área está vinculada à identificação dessa ocupação, sendo imprescindível, para tanto, a elaboração de estudos técnicos, em especial antropológicos. Qualquer documento produzido sem embasamento teórico, ainda que firmado pela autoridade competente, na forma legal, é inapto a constituir direitos que se oponham às garantias constitucionais conferidas aos índios. A Câmara considerou a atuação do procurador da República no município de Santarém equivocada e atentatória aos direitos indisponíveis dos indígenas, devendo ser cientificado do fato o Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público Federal. Tendo tomado conhecimento da instauração de procedimento no âmbito da PR/DF para verificar a constitucionalidade/legalidade do ato e eventual improbidade administrativa, decidiu encaminhar ofício

ao Sr. Ministro da Justiça solicitando cópia integral do procedimento administrativo referente a Terra Indígena Baú e colocar o corpo técnico da Câmara à disposição para assessorar os Procuradores do Distrito Federal com vistas à anulação da Portaria Ministerial n. 1.487, de 8.10.2003 (Ata n.º 289, Procedimento Administrativo n.º 08100.006912/99-55);

Recomendação para que haja a participação sistemática de antropólogos nas equipes de saúde dos DSEIS. (APROVADA) (Ata n.º 287, Minutas de recomendações propostas pelo GT Saúde);

Recomendação versando sobre a desnecessidade de autorização do órgão indigenista para realização de intervenções cirúrgicas em indígenas. (APROVADA) (Ata n.º 284, Saúde Indígena)

Projeto Carajás. Problemas em relação ao repasse de recursos financeiros pela Companhia Vale do Rio Doce às Comunidades Indígenas atingidas pela implantação da Estrada de Ferro. Implementação de projetos de auto-sustentação para as comunidades. Relatora: Dra Ela Wiecko. Decisão: Os representantes das entidades presentes fizeram uma avaliação de todo processo, concluindo que há necessidade de proceder o aprimoramento dos mecanismos de apoio às comunidades indígenas, em especial no que tange ao repasse de verbas previstas em convênios, o que vem gerando problemas que atingem a todos os envolvidos, especialmente, aos índios, como também à própria CVRD. Decidiu-se, dessa forma, reavaliar e definir claramente o papel de cada um dos atores nesse processo. A participação da empresa deve ir além do mero repasse de verbas, sendo necessária essa participação também no gerenciamento desses recursos, através de profissionais capacitados, a fim de orientar e acompanhar a implementação dos projetos, enquanto o Ministério Público Federal

atuará como observador. Nesse sentido, foram assumidos, pelas instituições, os seguintes compromissos:

A CVRD elaborará, até o dia 22/11, documento a ser enviado à Funai (com cópia ao MPF), propondo a elaboração dos programas e solicitando a elaboração de Termo de Referência e a nomeação dos experts;

A Funai elaborará Termo de Referência em 30 dias, indicando profissionais especializados para cada área, aptos a elaborar e desenvolver os projetos nos moldes sugeridos;

De posse do TR, a CVRD encaminhará à Funai e ao MPF proposta de desenvolvimento dos trabalhos.

Cumpridas essas três etapas, haverá nova rodada de discussões. (Ata n.º 273, Ata da 264a Reunião da 6a CCR. Alterações solicitadas pela CVRD)

Nos termos do art. 129, V da CF/88, é função institucional do Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas. Na defesa de interesse não cabe ao defensor fazer as vezes de juiz, mas, sim, postular em favor de quem defende. Assim sendo, o membro do MPF que tenha atribuição de atuar na questão indígena não pode se abster de seu dever constitucional de defender, não lhe sendo cabível manifestar-se contra determinada pretensão de uma comunidade {...} o recolhimento de índio a prisão comum atinge o interesse individual do acusado e o coletivo da população indígena, transformando em letra morta a prerrogativa inscrita no art. 56, §5º da Lei nº 6.001/73, segundo a qual “as penas de reclusão e detenção serão cumpridas, se possível, em regime de semi-liberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado”. Assim, não deve o índio cumprir pena em cárcere, mas sim no posto indígena ou repartição da FUNAI mais próximo. Ademais, “a semi-liberdade

a que se refere a lei consiste no não-recolhimento do índio à cela, permitindo-se-lhe a locomoção dentro dos limites do posto indígena ou repartição da FUNAI a que se ache restrito (Ata n.º 262, III - Comunidades Indígenas Xucuru e Truká, no Estado de Pernambuco, 'd' e 'e');

6.1 QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR)
Cinta Larga e exploração de diamantes em terra indígena
Terra Indígena Xucuru (PE)
Terra Indígena Kayabi (MT)
Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe (BA)
Marãwatsede (MT)
Terra Indígena Baú (PA)
Terra Indígena Truká (PE)
Quilombos
Comunidades Remanescentes de Quilombo no Município de Alcântara (MA) e Marambaia (RJ)
Conhecimento Tradicional associado a recursos genéticos
Educação Indígena
Saúde Indígena
Projeto Carajás – Companhia Vale do Rio Doce – Terra Indígena Mãe Maria e Sororó (PA)
Revisão da Súmula n. 140/STJ
Metodologia de avaliação de danos culturais
Política Indigenista
Programa nacional de segurança alimentar para os povos indígenas

7 SÍTIO ELETRÔNICO

O sítio eletrônico da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão fornece dados sobre comunidades indígenas e minorias étnicas, relativos a ações judiciais e extrajudiciais do Ministério Público Federal, atas de reuniões do Colegiado, convênios firmados com diversos órgãos, estatísticas, grupos de trabalho, legislação, doutrina e jurisprudência

Há também a publicação de um acompanhamento diário das notícias de interesse da Câmara, compiladas no *clipping*, que ficam acessíveis a todos que precisarem utilizá-las como fonte de pesquisa e subsídios para os procedimentos administrativos.

No sítio eletrônico encontram-se, ainda, informações sobre arte e cultura, encontros nacionais, textos a respeito de ciganos, índios e remanescentes de quilombos, além de dados acerca do funcionamento da Câmara.

8 CONVÊNIOS

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão utiliza com relativa freqüência o Convênio firmado pela Procuradoria Geral da República com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, desde 24.4.2001.

O Convênio tem por objetivo a colaboração na realização de estudos, pesquisas e elaboração de laudos antropológicos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos judiciais e extrajudiciais do Ministério Público Federal, em questões que envolvem direitos e interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos, minorias e outros assuntos referentes às atribuições do Ministério Público Federal, seja como defensor dos direitos e interesses referidos, seja na capacitação de *custos legis*.

No ano de 2003 o Convênio PGR X ABA foi acionado três vezes para atender às seguintes demandas:

- diagnóstico acerca da situação dos grupos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva, Estado do Mato Grosso do Sul, agosto de 2003;
- perícia técnica – elaboração do projeto de investigação das causas da ocorrência da mendicância no centro de Porto Alegre, por mulheres e crianças da etnia Mbyá-Guarani, setembro e novembro de 2003.

9 PARCERIAS E APOIOS

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão participou do planejamento, organização e realização do Curso de Antropologia e Direitos Humanos, organizado pela Escola Superior do Ministério Público Federal, de 26 a 30.5.2003, Brasília, DF. II Curso de Iniciação para Novos Procuradores da República, organizado pela Escola Superior do Ministério Público Federal, em 10 e 12.1.2003, Brasília, DF. *Workshop* do Ministério Público Federal sobre Licenciamento e Conservação Ambiental, organizado pela Escola Superior do Ministério Público Federal e O Boticário, de 9 a 11.10.2003, Guaraqueçaba, PR. Participou ainda da Comissão dos Analistas Periciais do Ministério Público da União, instituída no I Simpósio Nacional dos Analistas Periciais do Ministério Público da União, de 30.9 a 4.10.2002, Brasília, DF e organizou com o Museu Nacional, UFRJ, o lançamento do livro “Reconhecimento étnico em exame: Dois estudos sobre os Kaxixó”, em 25.11.2003, Brasília, DF.

A Câmara apoiou a realização de dois seminários:

- “Respeito aos Direitos dos Povos Indígenas”, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário, 18.3.2003, Brasília, DF;
- “Estudo sobre as Questões Indígenas”, organizado pelo Centro de Estudos da Advocacia-Geral da União, 25.11.2003, Brasília, DF.

10 PENDÊNCIAS

Realização do VI Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Realização de Encontro com a Funasa para aprofundar o conhecimento da nova política de prestação do serviço de saúde aos povos indígenas visando estabelecer prioridades e rotinas na atuação do MPF em defesa dos direitos indígenas.

Continuidade dos GT's.

Reformulação do Regimento Interno.

Aperfeiçoamento das rotinas e do tratamento das informações.

Aumento do número de servidores conforme proposta encaminhada à SGR:

CARREIRA DE ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		
01	AN 102.07	Analista Pericial em Economia
01	AN 101.00	Analista Processual
01	AN 102.00	Analista Pericial em Antropologia
01	AN 103.00	Analista Administrativo
01	AN 106.01	Analista de Documentação / Biblioteconomia
CARREIRA DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		
01	TC 202.00	Técnico de Informática

11 CONCLUSÃO

O Relatório de Atividades demonstra o intenso esforço da Câmara (Membros e servidores) no atendimento das suas múltiplas funções. Os conflitos se multiplicaram no curso do ano entre índios, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros, em todas as regiões do país criando a necessidade de atendimentos emergenciais. Apesar disso buscou-se atuar com prioridades. É muito importante que as Procuradorias dos Municípios que atendem questões indígenas e de outras populações tradicionais tenham sua lotação completa e continuidade no atendimento. A restrição a viagens trouxe em certos casos prejuízos a efetiva defesa dos direitos indígenas.